

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**  
**ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL IRMÃ AGOSTINA**  
**CURSO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA**

**Revisão Bibliográfica Narrativa: O perfil nutricional do público infantil nas aldeias indígenas do território brasileiro.**

**Narrative Bibliographic Review: The nutritional profile of children in indigenous villages in Brazilian territory.**

SOUZA, Beatriz de Oliveira; MIRANDA, Daiane Sousa; SANTOS, Danielle Pereira; FELICIANO, Geovana da Conceição; NETO, Amanda Barbosa; REIS, Henrique Nogueira.

Resumo: A saúde alimentar dos povos indígenas carrega consigo fatores tradicionais e culturais, influências territoriais e disponibilidade dos alimentos. No entanto, a popularização da cultura alimentar não-indígena dentro de regiões dominadas por povos tradicionais, resultou em altos consumos de ultraprocessados, tendo como consequência o crescimento nos índices de doenças crônicas não transmissíveis, afetando principalmente crianças. O objetivo central se trata conhecer o que a literatura diz sobre o estado nutricional e o consumo alimentar do público infantil dos povos indígenas nas aldeias brasileiras, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa para compreensão do estado nutricional do público indígena infantil, a fim de realizar comparações de dados e estatísticas e discorrer para a busca de uma intervenção eficaz. Quando se refere aos resultados e discussões, é possível analisar aspectos agravantes a saúde indígena, destacando principalmente pontos como má alimentação fortemente influenciada pela globalização, negligência de políticas públicas pensadas para auxiliar e saciar a necessidade dos povos e omissão cultural dentro das aldeias. Portanto, infere-se que colaborações e promoções de políticas públicas, profissionais da saúde capacitados dentro das comunidades indígenas, se tornam um meio eficaz de implantação estratégicas para combater e preservar a saúde alimentar indígena.

\*Discente do curso técnico em nutrição e dietética na Etec Irmã Agostina – beatriz.souza.436@etec.sp.gov.br

\*\*Docente do curso técnico em nutrição e dietética na Etec Irmã Agostina- amanda.barbosa112@etec.sp.gov.br/henrique.reis32@etec.sp.gov.br

Palavras-chave: Nutrição indígena, Alimentação pré-escolar, Saúde Indígena.

Abstract: The food health of indigenous peoples carries with it traditional and cultural factors, territorial influences and food availability. However, the popularization of non-indigenous food culture within regions dominated by traditional peoples has resulted in high consumption of ultra-processed foods, resulting in an increase in the rates of chronic non-communicable diseases, affecting mainly children. The main objective is to know what the literature says about the nutritional status and food consumption of the children public of indigenous peoples in Brazilian villages, through a narrative bibliographic review to understand the nutritional status of the indigenous children and youth public, in order to make comparisons of data and statistics and discuss for the search for an effective intervention. When referring to the results and discussions, it is possible to analyze aspects aggravating indigenous health, highlighting mainly points such as poor diet strongly influenced by globalization, neglect of public policies designed to help and satiate the need of peoples and cultural omission within the villages. Therefore, it is inferred that collaborations and promotions of public policies, health professionals trained within indigenous communities, become an effective means of strategic implementation to combat and preserve indigenous food health.

Keywords: Indigenous nutrition, Pre-school food, Indigenous health.

## **1 INTRODUÇÃO**

Uma das fases fundamentais para formação de indivíduos é o período pré-escolar, que compreende de 0 a 5 anos de idade, o crescimento saudável dessas crianças é de extrema importância, já que existe a influência em seu desenvolvimento escolar e nutricional (FNDE, 2018). A alimentação adequada está interligada diretamente a saúde, carregando consigo diversas substâncias essenciais que o organismo de cada indivíduo necessita, principalmente crianças em fase pré-escolar, evitando assim, deficiências nutricionais tais como: anemia, o excesso de alimentos ricos em aptos nutrientes, que podem acarretar a extensão de Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNT), como: obesidade, diabetes mellitus e hipertensão (Victora, 2001).

Segundo Malina et al. (2009) o progresso em direção ao estado de amadurecimento é o processo de crescimento mediante o qual se atinge o estado maduro, ou seja, a maturidade (Guedes, 1997), uma fase infantil que permite desenvolvimento eficaz e rápido, onde a nutrição tem valor essencial.

A história dos povos indígenas no Brasil tem origem antes do ano 1500, sendo marcada por medidas violentas que visavam o extermínio de vários povos originários. Inicialmente, os registros históricos apontam uma discussão realizada nos períodos de colonização brasileira, onde os colonizadores europeus se questionavam se os povos indígenas possuíam “alma” e poderiam ser

considerados seres humanos. O que hoje compõe o país Brasil foi constituído por autoritarismo, irrelevância, dominação e extermínio dos povos que já detinham sua cultura, territórios, língua, organização social, sistema jurídico e as suas próprias maneiras de entender o mundo (Bonissoni, 2021).

A história indígena também é marcada pela escravidão que visava o lucro da metrópole portuguesa e por uma espécie de “civilização”, gerada por um processo de catequização promovido por jesuítas (padres da Companhia de Jesus que tinham como objetivo promover a pregação do evangelho católico ao redor do mundo). Essas questões ocultaram as necessidades indígenas perante o Estado, sendo os povos originários invisibilizados no Brasil desde seu período de colonização (Amado, 2019).

No ano de 1968, após o Golpe Militar, a Fundação Nacional do Índio- FUNAI, foi criada em uma tentativa de promover a participação indígena na construção cultural brasileira (Vieira, 2023).

Sob tal viés, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), administrado pelo fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi classificado o maior programa de alimentação escolar do mundo, segundo a Constituição Federal (1988). É a lei que assegura o dever do estado com a educação e garante, por meio de programas, transporte, alimentação e assistência à saúde. Portanto, a alimentação se tornou um direito do estudante garantido pela constituição.

Nesse sentido, ainda se encontram lacunas acerca da inclusão indígena no Brasil, uma vez que possuem seus direitos definidos segundo a constituição, porém, inúmeras vezes, vivem em condições precárias, tendo como um dos fatores de risco a alimentação e o acesso ao conhecimento sobre nutrição e dietética (Dimenstein, 1993).

Com a modernidade, os indígenas têm um contato maior com a civilização urbana, entretanto, o número de ações governamentais para apoiar e orientar os povos nativos é baixíssimo, sendo uma forma de mantê-los invisíveis e calados perante o restante da população (Nascimento, Vieira, 2015).

Há a necessidade de correlacionar as atividades de produção alimentar com o consumo direto da população das aldeias, visto a desmedida introdução de alimentos ultra processados no cotidiano das crianças indígenas (Brasil, 2020). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ressalta a importância de

assegurar a alimentação, seu estado nutricional e de qualidade a todos indivíduos.

Estudos e relatórios efetuados por análise de dados de órgãos como UNICEF e ONU (2018), expuseram uma taxa de subnutrição entre a parcela de crianças de até 5 anos em aldeias indígenas no território brasileiro, cerca de 28,6%.

A precariedade de acesso a bons alimentos, saneamento básico e água prejudicam as condições de vida dos indígenas, ficando estes vulneráveis a diversos fatores de risco à saúde (Rebric, 2017).

A nutrição visa estudar a ingestão dos alimentos associados aos nutrientes ofertados e sua relação com o estado de promoção de saúde e suas alterações, tal como desempenho do corpo estudado. Sendo este direito natural e mantido perante lei de acordo com a premissa de promover e manter qualidade de vida (Vieira, 2021). A alimentação e sua atribuição nutricional se mantem em seu encargo social e cultural, respeitando e analisando o seu ambiente de inserção bem como funcionalidade de metodologia para melhor atuação (Brasil, 2006).

Uma vez apontada a seguinte problemática, tendo como consequência a vulnerabilidade da alimentação infantil indígena, o trabalho irá apontar as causas e consequências com base em uma revisão crítica à política de saúde dos povos indígenas (Júnior, 2014).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Objetivo Geral**

Conhecer o que a literatura diz sobre o estado nutricional e o consumo alimentar do público infantil dos povos indígenas nas aldeias brasileiras.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Determinar a metodologia que será utilizada;
- Realizar a revisão da literatura;
- Organizar os principais estudos em tabela;
- Fazer uma análise crítica;
- Apresentar os principais resultados que contribuem com o conhecimento do técnico em nutrição e dietética;

- Elaborar material de apoio para ações de educação alimentar e nutricional no público estudado;

### 2.3 Metodologia

O presente trabalho tratou-se de uma revisão bibliográfica narrativa elaborada por meio de artigos científicos com busca nas bases de dados: Google Acadêmico e Scielo (Scientific Electronic Library Online) publicados entre 2018 a 2023 que abordassem sobre o estado nutricional, consumo alimentar e saúde do público infantil de aldeias do território brasileiro.

Foi realizado fichamento dos artigos científicos utilizados e após construído uma tabela para apresentar o autor, metodologia e principais resultados encontrados na literatura.

Após a construção da tabela, buscou-se discutir os dados apresentados com outros autores contribuindo com o conhecimento sobre o assunto aos leitores e aos integrantes do grupo.

### 2.4 Resultados e discussão

No quadro 1 estão presentes os resultados de 20 artigos selecionados para análise nesse trabalho.

**Quadro 1. Apresentação da literatura sobre o perfil nutricional e de saúde de indivíduos localizados em comunidades indígenas no Brasil. São Paulo, 2023.**

Autor/Ano	Característica da Amostra/Local/Metodologia	Principais resultados
Medeiros, 2023	7.520 crianças indígenas de 3 a 5 anos de idade, localizadas no Alto Rio Solimões no estado do Amazonas. Estudo transversal tendo como base os dados coletados pelas Equipes Multiprofissionais de Saúde do SISVAN-I em dezembro de 2013.	O índice estatura-para-idade (E/I) apresentou os menores valores médios de escore z, sendo ele -1,95 nas crianças de 3 a 5 anos de idade. Os valores do Índice peso-para-idade (P/I) permaneceram abaixo de zero. Os índices de massa corporal para a idade (IMC/I) mantiveram-se, levemente, acima de zero, tendo como valor máximo 0,5. De 7520 crianças, 45,7% apresentam baixa E/I, 9,6 % baixo P/I, 4,5% baixo P/E e

		10,7% apresentam excesso de peso de acordo com o IMC/I.
Rodrigues, 2023	375 alunos da aldeia Bananal-Taunay, em Aquidauana/MS. O estudo tem natureza documental, dados coletados de plataformas do governo e coleta de dados, e bibliográfica (Scifinder, Periódicos CAPES, Google Scholar).	Ao comparar e analisar os dados, foi possível identificar aumento na adesão do povo indígena ao sistema de educação brasileiro, por outro lado, foram encontradas lacunas de participação da agricultura familiar incentivada pelo PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sendo a integração da cultura alimentar regional o maior desafio.
Figueiredo, 2023	10 municípios do estado de Amazonas. Tratando-se de um estudo transversal descritivo, análise documental e entrevistas coletadas, juntamente com um questionário que compreendeu apenas as respostas superiores a uma variante de 70%.	A análise concluiu que questões como dificuldade na compra de alimento de agricultura familiar, aceitação e qualidade do cardápio ofertado, e utilização de alimentos industrializados (considerados não convencionais na alimentação dos indígenas) são somatórias que resultam em uma baixa disponibilidade de alimentação diversificada e na falta de incentivo a gastronomia cultural.
Lima, 2023	Não mostrou quantidade de crianças e nenhuma determinada idade, mas se trata de educação alimentar e nutricional destinados a dois grupos indígenas, sendo, Pataxó Hã-hã-hãe e Xakriabá de Minas Gerais, Brasil.	Durante a etapa do processo, criaram-se cards digitais de educação em saúde, considerando a cultura indígena, para substituir a educação presencial interrompida devido à pandemia.
Porto, 2023	Crianças menores e maiores de 1 ano, 4 comunidades indígenas circunscritas no estado de Roraima. Tendo como objetivo, dados sobre: higiene, alimentação, assim sucessivamente.	O objetivo final concluiu a busca de dados antropológicos por meio da cultura e dos cuidados, para promover a interculturalidade e capacitar profissionais de saúde em Roraima. A investigação revelou que o processo teve início com a religião católica e evoluiu para o assistencialismo,

		incluindo internações e cuidados. Isso levou à criação de políticas públicas para mitigar conflitos de saúde resultantes do contato entre indígenas.
Esmeralda, 2022	Crianças menores de 0-5 anos de idade, na aldeia Khonglote, cidade de Matola. Para a recolha de dados utilizou métodos etnográficos, usou-se técnicas de observação directa e conversas informais. No geral, a literatura existe sobre a alimentação e cuidados de saúde para crianças, perdendo assim de vista outras características associadas, como é o caso das crenças e valores culturais que interferem na escolha dos alimentos e cuidados de saúde destinados.	Estudo foi metodologia qualitativa, os resultados indicam que, embora os adultos recebam orientações médicas sobre a alimentação das crianças, eles também consideram outros fatores, como o gosto das crianças, a disponibilidade de alimentos e suas próprias experiências ao decidir quais alimentos oferecer às crianças, para que assim, sejam acessíveis e benéficos para o crescimento infantil.
Oliveira, 2022	780 crianças (6 meses a 4 anos e 11 meses) do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões, Amazonas. Efetuou-se oficinas de distribuição de suplementação de macronutrientes, 15 vitaminas e minerais. a administração deve ser efetuada com um ciclo de 60 saches (1g cada), com ingestão diária de 1, com pausa de 3 a 4 meses após finalização de ciclo.	Partindo dos indicadores de insegurança alimentar estudados no local, a fortificação foi uma somatória de alternativas para conter as alternâncias da saúde nutricional indígena, contribuindo para a manutenção do desenvolvimento infantil saudável.
Ribeiro, 2022	Não estipulou quantidades de crianças e suas idades, se tratando de uma revisão bibliográfica, tem como o objetivo analisar a desnutrição infantil indígena.	O artigo estudou a baixa estatura dos indivíduos e sua prevalência. É analisado a escassez referente ao estado nutricional dos povos quando comparado ao público não-indígena, influenciando a desigualdade e a vulnerabilidade.
Araújo, 2021	Foi aplicado aulas especialmente desenvolvidas para turmas de 8º ano da aldeia indígena Juruna no Pará, como proposta de apresentar desde a origem dos alimentos até cultivos de tubérculos, pesca e	A pesquisa demonstra sua preocupação com a mudança radical dos hábitos alimentares dos povos indígenas, e seu maior foco foi trazer novamente conhecimentos referentes a

	<p>outros, a fim de resgatar os conhecimentos indígenas e sua cultura.</p>	<p>alimentação, cultivo e outros temas para o público infanto-juvenil, em uma instituição de ensino.</p>
<p>Maciel, 2021</p>	<p>94 crianças indígenas na cidade Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima (12,7 meses e 13 a 23 meses). O estudo se partiu do modo transversal, considerando entrevistas com todas as crianças das aldeias e mantendo o critério de permissão dos responsáveis. Os dados coletados se partiram de características do público e da mãe. O consumo alimentar analisado dentro de um formulário disponibilizado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).</p>	<p>As crianças além do leite materno, consumiam água e comidas de sal. No município de Cruzeiro do Sul, as crianças além do leite materno, tinham baixo percentual de consumo de alimentos, principalmente ultraprocessados. Já no município de Mâncio Lima, 1/3 das crianças consumiam ultraprocessados, e não tinham o consumo de comida de sal.</p>
<p>Moraes, 2021</p>	<p>Com dados da “Pesquisa sobre os determinantes sociais da desnutrição em crianças indígenas de até 5 anos de idade em oito aldeias inseridas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami”, foi realizado um estudo transversal.</p>	<p>De acordo com tabelas que mediam a frequência de consumo alimentar de acordo com o grau de processamento por faixa etária, o consumo de ultraprocessados como bolos, bolachas, biscoitos, chocolate, refrigerantes, sucos artificiais e macarrão instantâneo, cerca de 31,9 % das crianças de seis a cinquenta e nove meses de idade, inseridas nas aldeias na Terra Indígena Yanomami, consumia alimentos ultraprocessados.</p>
<p>Romero, 2021</p>	<p>Indivíduos indígenas com faixa etária de 9 a 11 anos matriculados no ensino fundamental 1, e 12 a 17 anos cursando o ensino fundamental 2 e o ensino médio. O estudo se define por longitudinal perspectivo quantitativo, em Sidrolândia no Mato Grosso do Sul. Seguindo a ordem de coleta de dados e suas respectivas análises para alinhamento do projeto.</p>	<p>Por meio de grandes e ilustrações que demonstram a aplicação do estudo de modo eficaz, priorizando cada etapa de modo claro e estruturado, apresentando a perspectiva dos indivíduos que compuseram a pesquisa, ressaltando a “atividade física” como ponto de maior importância.</p>

Athila,2020	Análise sociopolítica e etnográfica de conjuntos de documentos e artigos oficiais sobre escalas psicométricas de insegurança alimentar em diversos contextos socioculturais e entre povos indígenas brasileiros. Destaque para experiências de aplicação e validação da EBIA (Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar) entre povos indígenas brasileiros.	Necessidade de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, respeitando a diversidade e visando a importância de “disponibilidade” e de acesso físico e econômico” aos alimentos.
Madariaga, 2020	Crianças indígenas de áreas urbanas dos 26 estados do Brasil e o Distrito Federal, em fase de aleitamento, do nascimento até 6 meses exclusivamente, e introdução alimentar (6 meses até 2 anos). Realizou-se revisão de literatura por meio de revistas científicas, artigos de revisão, livro texto e outros, de língua portuguesa e inglesa, por base de dados BIREME, LILACS, SCIELO, MEDLINE.	Concluiu-se que o período de aleitamento materno em crianças indígenas é menor do que o recomendado pela OMS, afetando o desenvolvimento e qualidade de vida deles. Ademais, a oferta de produtos industrializados e não indicados para introdução alimentar, foi um fator agravante dos problemas encontrados.
Villalba, 2019	30 participantes indígenas de uma instituição escolar em Terena, sendo 4 obesos, 14 com sobrepeso, e é classificado 12 eutróficos. Mas 4 dos participantes apresentaram na questão nutricional, boa disposição do tecido subcutâneo. Essas análises foram realizadas inicialmente apresentando o projeto aos participantes, e seus métodos se basearam na glicemia capilar, medidas antropométricas, ectoscopia e por fim, o arco de Maguerez.	Durante o processo, foi possível observar a má alimentação e nutrição dos povos indígenas, sendo grandemente influenciadas pelo aumento do consumo de ultraprocessados. No final do estudo, a intenção de disseminação de informações sobre a alimentação saudável e hábitos que podem contribuir para a melhoria do bem-estar dos indivíduos foi passada de forma dinâmica e eficaz, oferecendo maior conhecimento e conscientização sobre os riscos de ingestão de alimentos ultraprocessados à saúde.
Bresan, 2019	Realizado em quatro loteamentos/ aldeias: Água Bonita, Darcy Ribeiro, Marçal	Nas análises bivariadas, as crianças de Marçal de Souza e Tarsila do Amaral

	<p>de Souza e Tarsila do Amaral (Mato Grosso do Sul). O estudo entrevistou em domicílio todas as mulheres das aldeias citadas (43 no total). Os dados foram coletados com base em questões no formato “Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas” e por meio de exames físicos, utilizando as Cadernetas de Saúde da Criança e da Gestante para a obtenção de dados.</p> <p>Usou-se o peso pré-gestacional e a estatura para calcular o índice de massa corporal (IMC) pré-gestacional, classificado de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).</p>	<p>apresentaram peso menor ao nascer quando comparadas às que nasceram em Água Bonita (<math>p=0,019</math>). Avaliou-se também a rede de esgoto, sendo em regiões com fossa rudimentar o peso menor ao nascer quando comparadas àquelas que residiam em locais com rede coletora de esgoto (<math>p=0,046</math>).</p> <p>O peso ao nascer de filhas de mães obesas foi, em média, 0,440 kg maior quando comparado ao peso das crianças nascidas de mulheres eutróficas (<math>p=0,004</math>). As crianças nascidas por parto cesárea apresentaram 0,350 kg a mais que as nascidas por parto vaginal (<math>p=0,007</math>).</p>
Cunha, 2019	<p>454 crianças (menores de 10 anos). Este estudo transversal analisou a saúde e nutrição de crianças Xukuru em Pernambuco, identificando uma prevalência de 7,7% de excesso de peso e 24,2% em risco de sobrepeso. Fatores como a idade das crianças, obesidade materna e falta de renda fixa na família foram associados a esses resultados. Esses achados indicam uma rápida transição nutricional entre os Xukuru, distinta de outros povos indígenas no Brasil.</p>	<p>A análise mostrou que crianças com menos de 2 anos têm maior risco de sobrepeso e excesso de peso. À medida que envelhecem, o risco diminui significativamente, com crianças com mais de 7 anos apresentando 88% menos risco de sobrepeso e crianças de 5 a 7 anos e com mais de 7 anos com 85% e 82% menos risco de excesso de peso, respectivamente.</p>
Silva, 2019	<p>Estudo observacional transversal, onde a avaliação de quatro cardápios mensais em escolas localizadas em Manaus/AM, que também atendem a povos indígenas. Houve a avaliação de: alimentos mais ofertados no cardápio, preparações mais recorrentes e a presença de doces limitada a duas porções por semana. Ademais, com o</p>	<p>Com a avaliação dos cardápios constatou-se que os alimentos mais ofertados foram: batata inglesa (74%), leite em pó (66%) e cenoura (56%). A cenoura e a batata são alimentos produzidos na agricultura familiar e na horta escolar, facilitando o consumo de ambas na escola. A recorrência de leite em pó se explica por um</p>

	<p>intuito de identificar dificuldades encontradas pelos nutricionistas em atender povos indígenas, foi elaborado um questionário no google forms com 5 perguntas de múltipla escolha, enviado para 62 nutricionistas.</p>	<p>melhor rendimento quando comparado com o leite UHT, tendo um preço menor e dispensando a energia elétrica, pois não necessita de refrigeração e facilita seu armazenamento.</p> <p>Presença de biscoitos doces (28,5%) e salgados (22,8%), assim como a macarronada (22,8%) são presentes em alimentação escolar, devido ao baixo custo e alto rendimento.</p> <p>Doces apresentados na forma de mingau em maioria, ofertados em cinco vezes mensais.</p> <p>Quanto ao questionário, notou-se a necessidade de melhor logística na compra e venda de alimentos da agricultura familiar para o alcance que está descrito no Art. 14 da Lei Federal 11.947/2009.</p>
Luz, 2019	<p>8.033 crianças indígenas menores de cinco anos, residentes da região Centro-Oeste do país, porém apenas 7.577 foram avaliadas.</p> <p>Trata-se de um estudo ecológico, analisando dados antropométricos e índice de massa corpórea, dividindo os resultados em magreza, eutrofia e excesso de peso.</p>	<p>A amostragem final resultou nos percentuais de 5,0% de magreza, 80,7% de eutrofia e 14,3% de sobrepeso. Ou seja, a região Centro-Oeste do país apresenta o dobro de percentual aceitável de baixo peso para a faixa etária (2,27%). Por outro lado, pode ser observado maior risco de sobrepeso nessa população, sendo necessário melhor acompanhamento e instrução nutricional.</p> <p>Sendo assim, a comunicação entre órgãos responsáveis pela saúde indígena deve ser fortalecida.</p>
Mazzeti, 2018	<p>Crianças menores de 10 anos de idade, o objetivo deste estudo é fornecer informações sobre a saúde, condições ambientais e estado nutricional das crianças da etnia Pataxó</p>	<p>Das 75 crianças menores de dez anos em cinco aldeias, 70 participaram do estudo, incluindo 34 com menos de cinco anos. Não foram encontrados problemas de crescimento. Cerca de 11,4%</p>

	em cinco aldeias localizadas em Minas Gerais, Brasil.	das crianças menores de dez anos tinham sobrepeso (2,9% nas menores de cinco anos e 19,4% nas com cinco anos ou mais). Além disso, 5,7% apresentavam peso elevado para a idade (P/I).
--	---	---

De acordo com Luz (2019), além da cobertura de casos de magreza totalizar o dobro da delimitação aceitável, e sobrepeso se manter como um risco acelerado e crescente entre a faixa etária de pré-escolar, a atuação do programa se manteve insatisfatória, mediante falta de abrangência funcional em áreas de risco, além de cobertura limitada. Tópico igualmente analisado por Mazzeti (2018), na qual o estudo envolvendo 70 crianças menores de dez anos de cinco aldeias não encontrou problemas de crescimento. Mas cerca de 11,4% das crianças tinham sobrepeso, com taxas mais altas nas com cinco anos ou mais (19,4%). Além disso, 5,7% apresentavam peso elevado para a idade (P/I), indicando preocupações específicas com o peso nessa amostra.

Enquanto os relatos do texto de Medeiros (2023), denotam preocupações com o crescimento e a nutrição de crianças de 3 a 5 anos. Índices indicam estatura abaixo da média (E/I), peso baixo (P/I), e leve excesso de peso (IMC/I). Percentagens revelam a prevalência dessas condições na amostra de 7520 crianças, destacando preocupações específicas, como baixa estatura e peso insuficiente. Partindo do estudo realizado por Oliveira (2022), são mencionados órgãos existentes responsáveis por priorizar e zelar a saúde indígena, entretanto, o crescimento recorrente de doenças crônicas dentro da população, questiona a eficácia dos órgãos e destaca a necessidade de abordagens funcionais para combater as condições. Dados alinhados a pesquisa de Caldeira (2014), na qual foram observadas porcentagens maiores de crianças indígenas obesas, do que não indígenas. Implicando que tal conclusão é fruto dos fatores acima referidos. Demonstrando em um quadro amostral, que 1 em cada 4 destas crianças estão acima do peso considerado saudável. Ademais, o estudo de Fonseca (2016), procurou salientar ainda os fatores que auxiliam no crescimento da desnutrição infantil que prevalece na população originária, alguns destes sendo precariedade no saneamento, condição social e atendimento a necessidades básicas. Aquelas em regiões desfavorecidas economicamente, se sobressaem ainda mais nas

variantes de subnutrição analisadas. Ainda assim, um agravante discutido na pesquisa foram as Influências da gravidez adolescente, fator cultural, que pode gerar insegurança social, expondo os recém-nascidos a fatores externos determinantes para a deficiência nutricional.

Os estudos de Bresan (2019), verificaram que crianças que nasceram em regiões com rede de saneamento básico possuíam peso maior quando comparado àquelas que residiam em locais sem rede coletora de esgoto. O peso também varia entre crianças nascidas de mães obesas, sendo maior quando comparado ao peso de crianças nascidas de mulheres eutróficas. Os partos também influenciam no peso, uma vez que o parto cesáreo apresenta crianças com maior massa corporal quando comparado ao parto vaginal. No estudo de Ribeiro (2022), a desnutrição infantil indígena também é resultado de fatores induzidos pela pouca disseminação de informações quando comparado ao público não-indígena, exercendo impacto em questões de fragilidade e discrepância com os povos indígenas. Por outro lado, as pesquisas feitas por Lima (2023), argumenta a heterogeneidade na saúde nutricional de diferentes etnias indígenas, ressaltando variações nos índices de desnutrição, obesidade e sobrepeso. Ele enfatiza as influências das condições socioeconômicas, ambientais e culturais específicas de cada grupo, destacando a necessidade de novos estudos para compreender as causas dessas diferenças e a importância da colaboração com as comunidades indígenas na formulação de políticas de saúde.

Porém, conforme disserta o texto de Cunha (2019), o risco de sobrepeso e excesso de peso em crianças diminui à medida que envelhecem. Crianças com menos de 2 anos têm maior risco, enquanto aquelas com mais de 7 anos apresentam consideravelmente menor risco, indicando uma associação inversa entre idade e probabilidade de sobrepeso. Duarte (2022), discute que as influências para o estado nutricional e físico são características ambientais, como a disponibilidade de energia elétrica nas casas, induzindo o tempo de sono das crianças e suas atividades diárias, incluindo o uso de tecnologias como televisão. Além disso, comenta a prática de atividades esportivas e o desempenho motor das crianças.

Outrossim, o estudo de Araújo (2021) e Villalba (2019), destaca que o crescimento recorrente de tecnologias em territórios indígenas, afeta diretamente a qualidade de vida das crianças presentes, justamente por negligenciar seu

desenvolvimento pessoal e cultural, auxiliando nos riscos de crescimento de doenças metabólicas, como sobrepeso e obesidade. Do mesmo modo, os dados revisados por Figueiredo (2023), delimitam dificuldades de acesso a informações que corroboram com a difusão da agricultura familiar como prática normativa devido às dificuldades para compra dos alimentos, lacunas presentes na região devido a questões estatais. Além de oferta limitada de alimentos, não respeitando a cultura e regionalidade desses povos indígenas.

Com o auxílio de tabelas, o estudo de Moraes (2021), constatou um alto nível de consumo de ultraprocessados no cotidiano de crianças de seis a cinquenta meses de idade, habitantes da terra indígena Yanomami. Argumentos fortalecidos pela pesquisa de Cervieri (2020), onde foram apontadas as deficiências alimentares dos povos, tanto estruturais como sociais. Um dos fatores para tais consequências, foi a crescente aproximação das áreas de habitação indígena e não indígena, resultando em Influências no consumo alimentar e na obtenção de doenças não transmissíveis, afetando principalmente as parcelas infantis. Enquanto a parcela que ainda habita locais mais afastados de áreas urbanas, sofrem com precariedade na obtenção de alimentos e na produção. Outro texto relata uma pesquisa antropológica em Roraima, feita por Porto (2023), buscando dados sobre cultura e cuidados para promover interculturalidade e capacitar profissionais de saúde. A análise revelou uma evolução do papel da religião católica para práticas assistenciais, levando à criação de políticas públicas para mitigar conflitos de saúde entre indígenas, destacando a importância de compreender e abordar questões de saúde considerando a cultura local. Um estudo realizado por Esmeralda (2022), entre crianças de 0-5 anos de idade na aldeia Khonglote, Malota. Observou-se com a coleta de dados, que os adultos recebem orientações médicas sobre a alimentação adequada das crianças, mas também consideram outros fatores como: gosto das crianças, disponibilidade dos alimentos e experiências singulares. Visando assim, o acesso e os benefícios para o crescimento infantil. Portanto Athila (2020), defende a necessidade de implementar políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Essas políticas devem respeitar a diversidade social, reconhecendo a importância da “disponibilidade” e do acesso físico e econômico aos alimentos. Em essência, destaca a importância de estratégias governamentais que considerem as particularidades culturais e as necessidades específicas dos povos indígenas,

com foco na segurança alimentar. É possível a assimilação e exemplificação com o estudo de Pinheiro (2023), onde se discorre sobre fatores agravantes causados na Aldeia Hawalorá, principalmente pelo período pandêmico da COVID-19 e ausência de políticas públicas eficazes para manter o tradicionalismo da cultura indígena, saúde da população e proteção do território. Durante esse período, o povo recebeu um auxílio praticamente inexistente, já que a FUNAI não forneceu as cestas básicas necessárias para a alimentação.

Nesse contexto, os levantamentos de Maciel (2021), evocaram dados que discorrem sobre a variedade na alimentação de crianças indígenas, obtidos por questionário em outubro de 2013. Destacando no estudo que crianças de 6 a 12 meses consomem ultraprocessados, o que se torna um ponto agravante ao estado nutricional, quando comparado ao baixo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, bem como o respeito com o período de introdução alimentar e suas recomendações.

Partindo da pesquisa de Oliveira (2022) e Madariaga (2020), apesar da diferença entre a linha do tempo revisada, os resultados quanto ao tempo de desmame precoce é uma variável crescente entre algumas etnias indígenas, como a Poyanawa, Nawa e Nukini. Os índices de cumprimento quanto ao tempo de aleitamento materno médio não foram respeitados em pelo menos 75% dos casos avaliados entre diversas etnias indígenas do país, na qual foram apontados variância de desmame precoce de 30 dias ou alguns meses.

Devido a esses pontos combinados, a primeira pesquisa supracitada recorreu a uma estratégia de fortificação alimentar infantil em um DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena, na região norte do país, de micronutrientes como ferro, zinco e Vitamina A, a fim de promover o desenvolvimento e crescimento adequado.

Dessa maneira, Pereira (2020), apontou que devido a alterações econômicas, sociais e culturais ao longo do processo de integração indígena a espaços urbanos, a diminuição do acesso a diversidade alimentar e o rápido aumento no consumo de industrializados, corroboraram para que crianças indígenas desenvolvessem, com o decorrer do tempo, desnutrição proteico-energética, validando a implantação do plano de fortificação, mesmo em diferentes regiões do país. Apontando diferenças regionais entre ambas as pesquisas, na qual o foco da investigação concentrou-se na região oeste do

estado do Paraná, na Tríplice fronteira, destacou-se a prevalência de pouco mais de 95% de aleitamento materno exclusivo no período desejado, e continuidade desse processo depois dos 6 meses por pelo menos 92% dos casos. Os dados quanto a peso e idade decorrente de tais variáveis apresentadas se manteve satisfatório e dentro da média padrão para pelo menos 80%, concluindo participação vital do aleitamento materno para tal.

De acordo com Romero (2021), a fragilidade alimentar desses povos é analisada de forma recorrente e relevante, por apresentar vulnerabilidades e ser propícia ao maior desenvolvimento de doenças crônicas, tendo influência de culturas não indígenas e fatores socioeconômicos. Assim, de acordo com pesquisas realizadas pela Unicef, no estudo intitulado “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e adolescência no Brasil”, de 2018, foi verificado uma redução de acesso aos alimentos no país entre pessoas de 0 a 17 anos de idade. Entretanto, quando averiguado a raça/cor, constatou-se a maior privação no acesso ao alimento entre a população negra e indígena. A pesquisa no ambiente escolar, com acompanhamento na rotina das crianças apontam, que de forma dinâmica, conhecimentos referentes a alimentação podem ser bem conduzidos e aplicados. Nesse viés, os dados recolhidos por Rodrigues (2023), apresentam que apesar de maior participação indígena no sistema de educação brasileiro como escolares, a alimentação continua sendo um desafio latente em locais como esse. Visto que, há prevalência das deficiências quanto ao incentivo do consumo de agricultura familiar, e falhas ao incorporar a cultura e alimentação regional desses povos nas unidades. A cerca disso, Rodrigues (2023) ainda ressalta a ineficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que alega que as comunidades indígenas são raramente consideradas no fornecimento da produção local para a alimentação em escolas, gerando a falta da regionalização da merenda, afetando a nutrição, a atuação e o interesse escolar dos alunos. O estudo de Silva (2019), verificou 4 cardápios mensais aplicados em escolas em Manaus, que também incluem povos indígenas. Aplicou-se também um questionário para os nutricionistas, a fim de identificar dificuldades que os mesmos possam encontrar. Verificou-se que o consumo na escola atende as necessidades das crianças, mas também objetiva o melhor custo-benefício na escolha dos alimentos. Quanto ao questionário, observou-se a necessidade de melhora na logística de compra e venda dos alimentos da agricultura familiar. Ademais,

estudos realizados por Souza (2018), apontam a presença de ultraprocessados em cardápios da terra indígena Piaçaguera, São Paulo. Esses dados vão contra as indicações do Guia Alimentar para a População Brasileira, que considera o adequado para consumo desse grupo alimentar, uma quantia mínima. O estudo ainda verificou a frequência dos ultraprocessados nos cardápios, sendo consumidos de dois até três dias na semana, apresentando, às vezes, mais de um item por refeição, exemplificado por um frango empanado acompanhado por gelatina.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verifica-se a relevância da discussão do tema, levantando ações que promovam a conscientização social e política acerca das lacunas quanto as deficiências presentes no estado nutricional da parcela infantil dos povos indígenas, uma vez que se demonstrou a presença de questões tanto no excesso de consumo de alimentos ultraprocessados, quanto na desigualdade de acesso a uma alimentação equitativa na sociedade. Tal qual nos quesitos que remetem as condições socioeconômicas desses povos, como acesso a saúde e meios de segurança alimentar, o incentivo à agricultura familiar e o respeito com a nutrição ancestral.

A prevalência de problemas como desnutrição, sobrepeso e obesidade destaca a urgência de abordagens específicas e culturalmente sensíveis. A falta de abrangência funcional de programas existentes, as barreiras de acesso a informações e as influências de fatores ambientais e culturais contribuem para as disparidades observadas. A diversidade entre as diferentes etnias reforça a importância de estudos adicionais para compreender as causas dessas diferenças e colaborar estreitamente com as comunidades locais na formulação de políticas adequadas.

Apesar das diversas iniciativas já em vigor, se mantém necessário a fiscalização e melhor gestão de certas medidas governamentais, a fim de identificar áreas de aprimoramento. Ademais, torna-se crucial o conhecimento do técnico em nutrição e dietética e nutricionista acerca das problemáticas envolvidas na nutrição e bem-estar da população indígena, ao adaptar conhecimentos e necessidades dessas populações, preservando a cultura alimentar com abordagens sensíveis às tradições

e recursos disponíveis. Por fim, verificou-se que é necessário que mais pesquisas devem ser realizadas neste âmbito a fim de contribuir com estratégias para a saúde indígena.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Talles Vinícius Machado de. **Alimentação e nutrição escolar indígena: uma proposta de sequência didática**. Orientador: Ronaldo Adriano Ribeiro da Silva. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em Ciências Biológicas) - Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2021. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/5910>.

ATHILA, Adriana Romano. **“A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6XNcJYvf5vSsrZmVrrVhYgj/?format=pdf&lang=pt>

AMADO, Luiz (2019). **AUTORITARISMO E RESITÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL**. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1939/2309>

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 179, n. 1, 1-96, 18 set. 2006. PL 6047/2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=18/09/2006>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Seguridade Social um pilar sólido de sustentação para a área social**. Brasília: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BONISSONI, Natammy et al (2021). **ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ABORDAGEM DA PAUTA INDÍGENA**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6820/1/M%c3%b3dulo%201%20-%20A%20Hist%c3%b3ria%20dos%20povos%20ind%c3%adgenas%20brasileiros.pdf>

BRESAN, Deise.; PONTES, Elenir Rose Jardim Cury.; LEITE, Maurício Soares. **Fatores associados ao peso ao nascer de crianças indígenas Terena, residentes na área urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00086819, 2019.

CERVIERI, Vanessa Costa. **ESTADO NUTRICIONAL E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL PARA ESCOLARES INDÍGENAS**. Universidade Federal de Mato Grosso, 2020. Disponível em: <https://evento.ufmt.br/enviadas/index.php?id=1148&issn=9788-599880661>

CIENCIA & SAÚDE COLETIVA. **Anemia em crianças e mulheres indígenas no Brasil: revisão sistemática.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fYHZDBt9JRmpgczHJxzd8g/?lang=pt>

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº605/2018. **Dispõe sobre as áreas profissionais e atribuições do Técnico em Nutrição e Dietética, e dá outras providências.** Disponível em: [www.cnf.org.br](http://www.cnf.org.br)

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Ática, 1993.

DE OLIVEIRA, Janayla Bruna Almeida et al. **Implantação da estratégia NutriSUS para a fortificação da alimentação infantil com micronutrientes no Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões.** 2022. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/15278>

DUARTE, Marcelo Gonçalves. **Habilidades Motoras fundamentais, estado nutricional e fatores ambientais associados em crianças indígenas de aldeias do Amazonas e Minas Gerais.** 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24549/21961>

FERREIRA, Camila Oliveira; MOTA, Adeir Archanjo da; LUZ, Verônica Gronau. **ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS INDÍGENAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL.** In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2019, Goiânia. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/estado-nutricional-de-criancas-indigenas-na-regiao-centro-oeste-do-brasil?lang=pt-br>.

FIGUEIREDO, Rebeca Sakamoto. **Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena ofertada no estado do Amazonas.** 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9584>

HENRIQUES, Isabella Vieira Machado. **Controle social e regulação da publicidade infantil: o caso da comunicação mercadológica de alimentos voltada às crianças brasileiras.** RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 72-84, nov. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17442>

Jr, Escola Nacional. **Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena.** Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública ,2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sPF948SmwZbydf64HBfJgKH/?lang=pt#>

LIMA, Kamila Rose Alves Sudre. **Avaliação da obesidade na população indígena da Região Norte: Uma revisão interativa.** 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42557/34391>

MACIEL, Vanizia Barboza. **Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.14232019>

MARINHO, Gerson et al. **Saneamento básico em domicílios indígenas de áreas urbanas da Amazônia Legal, Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos Saúde Coletiva, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Q7T3CqGt576tq47K33hfBrM/?lang=pt>

MADARIAGA, Marcella Leona Pinheiro.; MAYNARD, Dayanne da Costa. **Breastfeeding and introduction of complementary feeding: an analysis of indigenous peoples**. Brasília, 2020.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6171>. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. B. S. D. .. **A OBESIDADE E A DESNUTRIÇÃO AFETAM O POVO INDÍGENA: A URGÊNCIA POR ESTRATÉGIAS DE TERAPIA NUTRICIONAL IN LOCO – UM ESTUDO DESCRITIVO**. Revista Multidisciplinar em Saúde, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 264, 2021. DOI: 10.51161/rem/3037. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rem/article/view/3037>.

PARIS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 25**. Paris: Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

PINHEIRO DE CARVALHO, S.. M. **Direito à alimentação saudável do Povo Iny (Karajá) no período da pandemia de Covid-19**. Revista Alembra, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 198–217, 2023. DOI: 10.47270/ra.v5i10.661. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/661>. Acesso em: 19 nov. 2023.

REVISTAS PUC-SP, São Paulo: **Codis: Revista Eletrônica de História Social da cidade**, jan. 2015 - jun. 2015. ISSN 2176-4174. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/codis/article/download/26141/18771/0>

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. Normas obtidas na instalação do Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAPE) em grupo escolar do município de São Paulo, Brasil. São Paulo: CEAPE, 1974. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qQCf4Gn3kcMhktQZcFNwrMw/?lang=pt>

RIBEIRO, Eloah Costa de Sant'Anna. **PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS INDÍGENAS BRASILEIRAS MENORES DE 5 ANOS**. 2023. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <https://seer.unirio.br/ralnuts/article/view/12291/11414>

RODRIGUES, Nilzelene Leite Antônio. **Perspectivas locais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em uma Comunidade Indígena de Aquidauana-MS**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6009>

RODRIGUES, Nilzelenete Leite Antonio. **Perspectivas Locais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em uma Comunidade Indígena de Aquidauana-MS.** Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6009>

ROMERO, Anaíza Cesar. **PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA ESCOLA INDÍGENA URBANA.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3703>

SILVA, Caroline Aparecida. **Nutrição na idade pré-escolar: a importância de uma alimentação adequada na educação infantil.** 2018. - Centro Universitário Barra Mansa, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://aete.ubm.br:8081/repositorio/handle/123456789/83>

SILVA, Valéria Moreira. **AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS, BRASIL.** Goiânia. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/avaliacao-qualitativa-dos-cardapios-da-alimentacao-escolar-indigena-no-estado-do?lang=pt-br>. Acesso em: 09 dez. 2023.

SOUZA, Vanessa Manfre Garcia de; Villar, Betzabeth Slater. **Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São paulo, Brasil.** 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650881>

SOUZA, Daniele Pereira de. **Acompanhamento das políticas e programas voltados para a infância indígena no Brasil,** 2019. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/29838>

UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e adolescência no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>

VIEIRA, Carlos Ligia. **Nutrição, saúde e qualidade de vida.** Hora Campinas, São Paulo, agosto. 2021. Disponível em: <https://horacampinas.com.br/artigo-nutricao-saude-e-qualidade-de-vida-por-dra-ligia-vieira-carlos/>

VIEIRA, Maria Clara. **DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL: PASSIVO SOCIAL OU “NINGUENIDADE”.** Porto Alegre: REAd, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/xJLCWSCzsgwj9MKcKKFgW5v/?lang=pt>

Villalba, D. L. L. F., Abreu, L. de, Aquino, R. J. F., & Quadros, F. A. A. (2020). **PROMOÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEL E CULTURAL EM CRIANÇAS ESCOLARES INDÍGENAS TERENA.** ANAIS DO SEMEX, (12). Recuperado de <https://anaisonline.uems.br/index.php/semex/article/view/6824>

